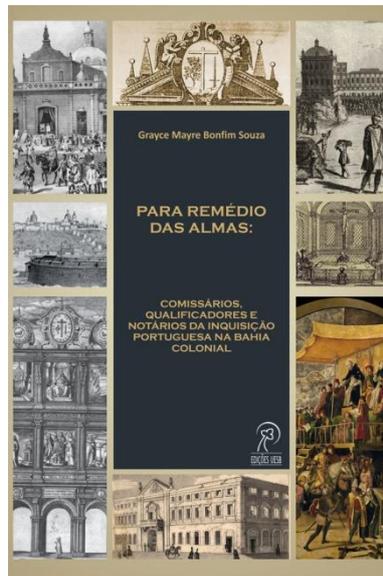


A INQUISIÇÃO NA COLÔNIA: OS FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO NA CAPITANIA DA BAHIA

ALEX ROGÉRIO SILVA *



SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para Remédio das Almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

Nenhuma misericórdia nem perdão para os heréticos, exceto se eles se submeterem à vontade do inquisidor. (SALA-MOLINS, Louis. *Le Dictionnaire des inquisiteurs - Valence, 1494*. Paris: Galilée, 1981, p. 297.).

Resenha recebida em 25 de Fevereiro de 2016.

* Mestrando em História e Cultura Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS – da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus de Franca). Bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: alex465@gmail.com

No período moderno, a preocupação da Igreja com os desvios de ortodoxia fez com que, na busca pela preservação da unidade dogmática, reestabelecesse o chamado Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, na qual, estabeleceu tribunais em Portugal e Espanha, além disso, reativou o tribunal romano existente desde o período medieval.

A atuação do Santo Ofício português, como em Espanha, estava direcionada primordialmente para a repressão a movimentos heréticos. Na ocasião, eles significavam a permanência das práticas religiosas das minorias étnicas convertidas ao cristianismo e dos descendentes dessas minorias, também chamados de *criptojudeus*, *cristãos-novos* ou *marranos*.

Ao contrário da Espanha, Portugal não instituiu tribunais em sua colônia americana, estando ela vinculada ao Tribunal Metropolitano de Lisboa. Entretanto, os desvios de conduta por parte dos colonos eram verificados pelos chamados familiares do Santo Ofício, que eram pessoas vinculadas ao Tribunal e que exerciam a função de “protetores” da moral na América Portuguesa.

Para Remédio das Almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial é fruto da pesquisa de doutoramento pela Universidade Federal da Bahia e publicado posteriormente em 2014, de autoria da prof. Grayce Mayre Bonfim Souza, atualmente professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O lugar destes personagens, que tiveram um grande papel na atuação inquisitorial na colônia, foi tomado pela historiografia que remete ao território baiano.

Resultado de uma imensa pesquisa a partir de diversas tipologias de fontes, oriundas dos arquivos da Inquisição de Lisboa, localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (aproximadamente 90% das fontes utilizadas na pesquisa) e do Arquivo Histórico Ultramarino e de visitas aos locais onde os familiares atuavam, a proposta da autora foi “montar um quadro de atuação e articulação entre os agentes inquisitoriais na Bahia Colonial e seus comandantes na metrópole”. A investigação tem por marco temporal o período do século XVII até o início do século XIX, precisamente entre os anos de 1692 e 1804, datas estas estabelecidas por serem correspondentes, respectivamente, à primeira e última habilitação de familiar do Santo Ofício para a respectiva capitania.

O livro é composto por quatro capítulos bem escritos de modo a abarcar toda a ação inquisitorial através dos familiares do Santo Ofício na Capitania da Bahia. Para isso faz uso de tabelas e gráficos, de modo a serializar os dados obtidos por meio das fontes. Com isso, aponta

a preocupação da autora em não só apresentar e debater o assunto, mas também em tornar o texto de certa forma acessível aos leitores especializados, bem como ao público em geral.

O primeiro capítulo, intitulado *Santo Ofício da Inquisição Portuguesa em destaque: trajetória, métodos, ritos e procedimentos*, tem por intento tecer um breve histórico do Tribunal do Santo Ofício Português, desde o conceito de heresia, passando pela Inquisição Medieval até sua irmã Inquisição Espanhola, ressaltando as relações entre monarquia e a instituição inquisitorial e os momentos de conflitos entre as instituições. Posteriormente, seguindo uma linha cronológica, a autora aborda os procedimentos e normas que a Inquisição estabelecia para o seu funcionamento, ao mesmo tempo atentando as ações na capitania da Bahia, evidenciando a delegação de competências aos primeiros familiares. Há também observações acerca dos Regimentos Inquisitoriais, que eram importantes escritos devido às suas orientações, as quais os familiares deveriam seguir no exercício de sua função.

Justiça eclesiástica, poder inquisitorial e formação de rede de agentes na Bahia é o título dado pela autora ao segundo capítulo, na qual apresenta a composição do padroado no Brasil e as relações entre as autoridades eclesiásticas e inquisitoriais na Bahia. É evidenciada a cidade de Salvador ao grau de “importante cidade no contexto do Império Português”, baseando-se nas referências da historiografia atual, mas também em obras datadas dos séculos XVII ao XIX. Além disso, a partir da documentação inquisitorial realiza a discussão acerca da formação da rede de familiares do Santo Ofício baiano e o fluxo de comunicação que estes estabeleceram com o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa.

A terceira parte da obra, cognominada *Clérigos em nome do Santo Ofício: Comissários, Qualificadores e Notários*, versa sobre as diretrizes adotadas pelo Tribunal Inquisitorial frente ao processo de candidatura aos cargos da instituição. Nesse processo, chamado de diligências de habilitação, era verificado a formação acadêmica do aspirante a familiar, como também sua condição socioeconômica. A importância do cargo de forma a se afirmar na sociedade baiana foi uma das motivações pelas quais se intensificaram os respectivos processos, na qual a autora verificou aproximadamente cem processos com o intuito de habilitação ao cargo de familiar.

“Pelo reto ministério do Santo Ofício Comissários no exercício das funções inquisitoriais” é o último capítulo do livro, que apresenta a atividade dos familiares da Inquisição, utilizando para isso livros de registro geral de correspondências, correspondências enviadas ao tribunal lisboeta, denúncias e processos inquisitoriais. Através destas fontes é possível mapear o deslocamento de diversos de familiares no exercício de suas atividades como

também verificar a atuação de familiares nomeados para exercer funções em outras capitâneas, mas, que possam ter agido na Bahia, entretanto seus nomes são omissos em livros de registros e expedientes.

Para Remédio das Almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial demonstra de forma ampla a atuação da Inquisição na Bahia e de certa forma na América portuguesa através de seus funcionários/familiares, como também uma grande obra sobre a História da Bahia no período colonial. É uma obra de grande valor historiográfico, que constrói uma leitura indispensável àqueles que se interessam pela História e para as futuras pesquisas que envolvam a atuação da Inquisição na América Portuguesa. Através dela podemos refletir sobre a atuação e estruturação da sociedade no Brasil colônia e pensar sobre as suas permanências no Brasil contemporâneo.